

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.544 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 2002



José Cruz

## Agente de saúde deve ter profissão regulamentada

Projeto de Teotônio Vilela Filho cria a profissão de agente comunitário de saúde e regulamenta o exercício da função no âmbito do SUS

A proposta tramita na Comissão de Assuntos Sociais. Dentro da estratégia do Programa Saúde da Família, os agentes comunitários ficam responsáveis por uma comunidade específica, representando o vínculo entre a equipe de saúde e a população.



José Cruz

Teotônio: agente é fundamental na prevenção da saúde

PÁGINA 3

Preço do gás de cozinha ao consumidor deve cair logo, prevê o governo

## José Jorge elogia queda no preço do gás

Redução de 12,4% no valor cobrado pelo gás de cozinha nas refinarias da Petrobras constitui decisão melhor que o tabelamento de preços aos consumidores, diz senador.

PÁGINA 3

## Proposta amplia doação de sangue

PÁGINA 3



Roosevelt Pinheiro

Marina Silva: ecoturismo em reservas não pode prejudicar atividade de manejo

## Marina apóia ecoturismo em reserva extrativista

PÁGINA 4



José Cruz

Álvaro Dias propõe prazo de 30 anos para segurado especial requerer aposentadoria

## Projeto facilita aposentadoria de trabalhador rural

## Interlegis inicia hoje curso sobre Mercosul

Criado em 1991, o Mercosul é formado pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O comércio entre os **quatro** países movimentou **US\$ 16 bilhões** em 2001. O valor já foi bem superior, mas crises econômicas nos membros do bloco vêm reduzindo o comércio intra-regional desde 1999.

veja abaixo, em US\$ bilhões

1995	14,44
1996	17,04
1997	20,05
1998	20,35
1999	15,16
2000	17,7
2001	16,0

Fonte: BNDES

PÁGINA 2

# Curso sobre Mercosul começa hoje no Interlegis

Patrocinado pela Organização dos Estados Americanos, com apoio das Mesas da Câmara e do Senado, o evento terá 12 palestras e contará com a participação de 40 representantes do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile

Ética na política, fortalecimento da democracia nos países latino-americanos, representação político-partidária e análise da atuação dos poderes legislativos são temas que fazem parte do IV Curso Regional sobre Mercosul, com início hoje, a partir das 8h30. O evento se dará no auditório do Interlegis, que é um projeto criado pelo Senado para interligar as assembleias estaduais e as câmaras municipais. O curso vai até sábado e terá a participação de professores e lideranças dos países do Mercado Comum do Sul.

Patrocinado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), com apoio da Mesa do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o curso terá um total de 12



palestras, como a da professora Cláudia Drummond, que falará sobre o papel dos parlamentos no processo de integração e fortalecimento do Mercosul.

Para participar do encontro foram selecionados 40 representantes dos parlamentos, partidos políticos e meios de comunicação dos países membros do Mercosul

(Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e dos dois associados (Bolívia e Chile). O Brasil comparecerá com 15 participantes e os demais com cinco cada um.

Parlamento e democracia, função da representação e comunicação política, divisão dos poderes, transparência na governabilidade e eleições como aprimoramento do processo democrático serão temas abordados no IV Curso Regional sobre Mercosul.

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, abrirá o encontro. Estarão presentes também o diretor-geral da Câmara dos Deputados, Sérgio Sampaio Conreiras de Almeida, o diretor do Interlegis, Paulo Fontenele, e o diretor-executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados (Prodasen), Mário Lúcio Lacerda de Medeiros.



Fernando Pimentel (E), prefeito de BH, é recebido no estande do Senado

## Senadores autografam livros em Minas Gerais

Acompanhado de familiares dos personagens homenageados em seus livros, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) promoveu, na última sexta-feira, uma concorrida sessão de autógrafos no estande do Senado no 3º Salão do Livro de Minas Gerais. O senador autografou três livros de sua autoria: *Pedro Aleixo – Uma Visão de um Estadista da República*; *Milton Campos – O Reformador Social e Político*; e *Castelinho – O Reinventor do Jornalismo Político no Brasil*.

Estava prevista também, na noite de sexta-feira, a presença do senador Arlindo Porto (PTB) para autografar seu livro *Força de Minas no Senado*, que traz discursos proferidos por ele du-



Estande do Senado também levou publicações legislativas atualizadas ao 3º Salão do Livro de Minas Gerais

rante o mandato. O senador iria distribuir e autografar cópias de leis importantes, como o novo *Código Civil*, o *Estatuto da Criança e do Adolescente*, o *Código de Proteção e Defesa do Consumidor* e um *Manual de Obtenção de Recursos Federais por*

*Municípios*, impressos pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações a pedido de seu gabinete.

O senador José Alencar (PL-MG), que participou na tarde de sexta-feira de uma caminhada com o candidato a presidente da República pelo Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, pelas ruas de Belo Horizonte, também iria visitar o Salão do Livro. Os deputados federais por Minas Gerais, Nilmário Miranda e Tilden Santiago, respectivamente candidatos ao governo mineiro e ao Senado pelo PT, acompanhariam José Alencar no evento.

## PREFEITO DE BELO HORIZONTE VISITA ESTANDE

Acompanhado pelo presidente da Câmara Mineira do Livro, Lucílio Castro, o prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, visitou o estande do Senado no 3º Salão do Livro de Minas Gerais. No local, ele foi recebido pelo coordenador da Comissão das Feiras

do Livro, Paulo Afonso Lustosa, e recebeu o livro *Conselho aos Governantes*, do Conselho Editorial do Senado. A publicação contempla textos clássicos sobre política, reunindo autores como Sócrates, Maquiavel, Platão e Cervantes.

## Senado nas eleições

Os senadores são os representantes diretos dos estados federativos no Congresso Nacional. São eleitos três para cada estado, com mandato de 8 anos. Entre outras atribuições, cabe ao Senado:

**Faltam 48 dias para as eleições**

– Aprovar a escolha de governador de territórios, presidente e diretores do Banco Central, procurador-geral da República e diplomatas.

– Autorizar operações financeiras externas e condições de crédito.  
– Suspender execução de lei considerada inconstitucional.  
– Elaborar o regimento interno e dispor sobre sua organização e funcionamento.

– Processar e julgar o presidente da República, o vice-presidente e os ministros de Estado.  
– Aprovar a escolha presidencial de magistrados e embaixadores.

### JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita de Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Projeto regulamenta atuação de agente de saúde

Teotônio Vilela Filho, autor da proposta, considera papel desse profissional “fundamental no trabalho de prevenção mantido pelo SUS”. Segundo ele, a regulamentação ajudará a consolidar o Programa de Saúde da Família

Já está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, projeto do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) que cria a profissão de agente comunitário de saúde e regulamenta o exercício da função exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O relator da proposta é o senador Ricardo Santos (PSDB-ES).



Teotônio quer acelerar aprovação da proposta sobre agentes de saúde

Teotônio explica, na justificativa da proposta, que a Presidência da República apresentou projeto com redação similar, que tramita na Câmara. Dessa forma, esclareceu, será possível agilizar a aprovação nas duas Casas legislativas.

Para o senador, o papel do agente comunitário de saúde é fundamental no trabalho de prevenção da saúde pública mantido pelo SUS,

como estabelecido pelo Ministério da Saúde. A institucionalização da profissão irá permitir também, observa, acelerar a consolidação do Programa de Saúde da Família (PSF).

A estratégia do programa baseia-se na atuação de uma equipe composta por médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e agentes comunitários que ficam responsáveis por uma comunidade específica,

desenvolvendo ações individuais e coletivas de proteção, promoção e recuperação da saúde a partir do núcleo familiar, detalha o autor.

O agente comunitário, nesse contexto, informa Teotônio, representa o vínculo entre a equipe de saúde e a população sob sua responsabilidade, tendo em conta que ele integra a comunidade onde atua. Este é, inclusive, um dos requisitos constantes do projeto para o exercício da profissão, além de o candidato ter que concluir o ensino fundamental e curso de qualificação básica para a função. Mas os que já exercem a profissão e não tiverem concluído o ensino fundamental, no momento da aprovação da nova legislação, terão o direito de continuar atuando e serão considerados agentes comunitários de saúde.

## Carlos Bezerra quer eliminar limite de idade para doador

Aguarda decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que proíbe a fixação de limite superior de idade para doadores de sangue. Caso seja aprovada, a matéria não precisará passar



Na opinião de Carlos Bezerra, limitação atual é “injusta e discriminatória”

pelo Plenário – a menos que haja recurso nesse sentido –, seguindo para a Câmara dos Deputados.

Ao justificar a proposição, o parlamentar argumenta que a norma adotada no Brasil que determina que somente pessoas entre 18 e 60 anos podem doar sangue é injusta, discriminatória e prejudicial à sociedade, uma vez que acima desse limite de idade milhares de pessoas gozando de boa saúde poderiam continuar doando sangue.

Carlos Bezerra baseou-se em estudo da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco para pedir a revisão da legislação. No estudo, 878 candidatos a doação e 470

não-doadores pertencentes aos grupos etários dos limites mínimo (18 a 28 anos) e máximo (50 a 60 anos), além de 223 ex-doadores excluídos por terem mais de 60 anos de idade foram testados. Os números mostraram que o grupo com maior idade apresentava um perfil de maior confiabilidade e indicadores pós-doença melhores.

“Os mais jovens apresentaram durante os testes reações leves e graves, como tontura, palidez e até angústia respiratória, enquanto os mais idosos só tiveram consequências leves, em razão de se sentirem mais seguros e apresentarem maior tranquilidade”, explica o senador.

Quanto à motivação, o estudo revelou que 40% do grupo de idade mais avançada (50-60 anos) afirmam doar sangue por altruísmo, enquanto somente 26,56% do grupo mais jovem apontaram esta como a razão principal.

## Idoso pode ter garantia de atendimento

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá se pronunciar em breve sobre substitutivo da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que obriga os ambulatórios e hospitais públicos e privados a prestarem atendimento especializado



Marluce apresentou substitutivo ao projeto que será examinado pela CAS

em geriatria a todos os pacientes com idade superior a 65 anos. A decisão será terminativa, ou seja, a matéria só irá a Plenário se houver recurso nesse sentido.

A proposta original, do senador Carlos Wilson (PTB-PE), obrigava todos os hospitais públicos e priva-

dos a manterem ambulatórios e unidades de internação destinados preferencialmente ao atendimento de pessoas com idade superior a 65 anos. A relatora optou por alterar o projeto, limitando a exigência aos ambulatórios e hospitais, por

considerar que várias unidades hospitalares prestam atendimento exclusivo em especialidades que não lidam com idosos.

Ao apresentar sua proposição, Carlos Wilson lembrou que são poucos os hospitais públicos ou privados que possuem ambulatórios e

unidades de internação para atendimento preferencial aos idosos.

Ao decidir propor um substitutivo, Marluce Pinto louvou a iniciativa, mas argumentou que, embora os idosos mereçam deferência e tratamento preferencial em grande parte das situações, isso não se aplica ao atendimento de saúde.

– No que se refere à espera por um atendimento de saúde, a situação muda bastante, uma vez que os pacientes, independentemente da idade, podem estar em potencial risco de vida. O que é importante para os idosos é que eles recebam tratamento especializado, de maneira a evitar intercorrências e complicações que frequentemente os acometem – justificou.

### Número de doadores é pequeno

- Menos de 1,5% da população brasileira doa sangue regularmente
- O Brasil necessita, em média, de 5.500 bolsas de sangue/dia
- 87% da população brasileira têm sangue do tipo O ou A, 10% têm sangue do tipo B e somente 3% têm sangue do tipo AB. Mas, o mais raro é o O negativo
- De cada cinco pessoas, uma vai algum dia precisar de sangue, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)
- Cada unidade de sangue doado pode privilegiar até três pessoas

## José Jorge elogia redução do preço do gás

A redução de 12,4% no valor cobrado pelo gás de cozinha nas refinarias da Petrobras, a partir de hoje, foi uma decisão melhor do que se a Agência Nacional de Petróleo (ANP) adotasse o tabelamento de preços ao consumidor. A avaliação é do senador José Jorge (PFL-PE), ex-ministro de Minas e Energia. Ele explicou que o monitoramento de preços nas distribuidoras é muito mais fácil do que tentar fiscalizar os revendedores, que são mais de 5 mil em todo o país.

– As principais distribuidoras não são mais de 20 – disse ele, lembrando que a ANP tem um

contingente reduzido de fiscais, cerca de 120 em todo o território nacional. Esses números indicam, observou, a dificuldade de viabilizar o tabelamento de preços na revenda.

O senador não compartilha da expectativa do governo de que a diminuição do valor do gás vendido pela Petrobras produza efeitos para o consumidor já nesta semana.

– Quando se trata de elevação de preços, o efeito é mais rápido. Como é para baixar, o prazo mais razoável é de duas semanas para se obter resultados para o consumidor – estimou o ex-ministro.

A previsão do governo é de que haja uma redução entre R\$ 5 e R\$ 6 por botijão (cujo preço médio nacional é atualmente de R\$ 26,07) em decorrência da diminuição dos valores cobrados pela Petrobras e do compromisso das distribuidoras de estreitar suas margens de lucro entre 10% e 12%.

José Jorge considerou viável o compromisso acertado entre a ANP e as distribuidoras para que essas companhias vendam diretamente no varejo, com caminhões próprios, caso os revendedores resistam em baixar os preços ao consumidor. Essa medida, segundo José Jorge, pode



Segundo José Jorge, “pressão para queda de preços só funciona dentro das regras de mercado”

ser uma boa forma de pressão sobre o setor de revenda. “Pressão para queda de preços só funciona dentro das regras de mercado”, disse o senador, que não acredita na eficácia do tabelamento na ponta final da cadeia produtiva do gás liquefeito de petróleo.

### Variação do preço do gás de cozinha

(Em R\$ – cotação média no país)

2001	
Novembro	18,87
Dezembro	18,69
2002	
Janeiro	21,85
Fevereiro	21,94
Março	21,84
Abril	24,05
Maió	23,45
Junho	25,41
Julho	26,32
Agosto*	26,07

\* No dia 4.

Fonte: ANP

# Marina apóia ecoturismo em reservas extrativistas

Na sua opinião, medida a ser adotada pelo Ibama pode representar boa alternativa econômica para a população que vive nessas áreas

A decisão do Ibama de abrir as áreas de reservas extrativistas ao ecoturismo foi apoiada, em entrevista, pela senadora Marina Silva (PT-AC). A entidade já definiu as primeiras oito reservas que, a partir de dezembro, poderão receber ecoturistas nacionais e estrangeiros.

Segundo a senadora, essa abertura pode ser uma boa alternativa econômica para as comunidades que vivem nessas reservas, mas advertiu que são necessários cuidados para que o turismo de massa não prejudique as atividades de manejo.

Marina explicou que as reservas extrativistas são unidades de conservação de florestas, onde as comunidades que ali vivem podem explorar os recursos naturais de forma sustentável, ou seja, repondo o que é retirado da floresta. A senadora defendeu a participação das populações locais no processo de exploração turística, para que obtenham capaci-



Marina Silva defende participação das comunidades locais na nova atividade

dade de gestão autônoma sobre a atividade.

Ela afirmou que a exploração do ecoturismo em reservas extrativistas deve ter um enfoque científico, para que não se transforme na principal fonte de renda das comunidades.

— Eu acho que, dentro das reservas, se for estabe-

lecida uma pressão econômica sobre uma única atividade, isso pode ser muito prejudicial. No caso das reservas, é preciso ter uma ação diversificada, com um pouco de turismo de massa, um pouco de atividade de manejo dos recursos naturais. Enfim, as várias modalidades que podem compor as atividades produtivas de uma comunidade dentro de uma reserva extrativista, até para que ela possa cumprir o seu papel social e, ao mesmo tempo, o seu papel ambiental de preservação do ecossistema — concluiu.

## Reservas extrativistas são unidades de conservação de uso sustentável

- Há 24 reservas extrativistas no Brasil
- Sete são reservas marinhas
- São quase 5 milhões de hectares de áreas protegidas, 4,122 milhões só na Amazônia
- 50 mil pessoas são beneficiadas diretamente
- Oito reservas foram escolhidas para o Programa de Incentivo ao Ecoturismo

Fonte: Ibama

# Mozarildo propõe medida para evitar o êxodo rural

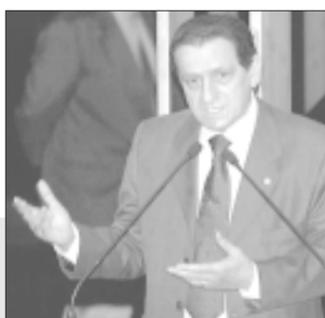
A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá analisar brevemente proposta do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que cria o Programa Fronteira Agrícola Norte, com o objetivo de desestimular o êxodo rural na região. Para isso, o programa concederia incentivo à economia dos municípios situados no Amapá, no Pará, em Roraima, no Amazonas, em Rondônia e no Acre que estejam a até 450 quilômetros da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Depois de receber o parecer da CCJ, a matéria deve ser votada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— Promover a fixação do homem no campo não é só uma questão econômica, mas também de segurança nacional, visto que assegura a ocupação da fronteira

por brasileiros — justifica Mozarildo Cavalcanti.

O projeto, conforme o parlamentar, pretende beneficiar primordialmente pequenos e médios produtores rurais e comunidades extrativistas, dotando os municípios de infra-estrutura, transportes e recursos energéticos voltados para a produção local, de forma a integrá-la ao mercado brasileiro e internacional. A agricultura familiar, o cooperativismo e o associativismo dessas cidades também devem, de acordo com a proposta, ganhar o apoio do poder público.

Mozarildo observa que desenvolvimento sustentável é adequado às características naturais, à vocação e às potencialidades de cada município. De acordo com a proposta, a defesa sanitária vegetal e animal, a proteção ao meio ambiente, a gestão dos recursos hídricos e a expansão de núcleos



Projeto de Mozarildo Cavalcanti objetiva conceder incentivo à economia do norte do país

de pesquisa científica e tecnológica deverão receber recursos do programa.

No âmbito federal, segundo o senador, a administração do programa ficaria a cargo dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Agrário; e da Integração Nacional, por meio de órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

# Projeto facilita a concessão de aposentadoria no campo

Foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa, projeto do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que amplia, de 15 para 30 anos, o prazo para que os trabalhadores rurais e os segurados especiais, como produtor, parceiro, meeiro e garimpeiro, requeiram o benefício da aposentadoria por idade mediante simples comprovação do exercício da atividade durante período equivalente ao de carência.

A exigência de 15 anos passou a vigorar em julho de 1991, com o objetivo de compatibilizar a dificuldade dos agricultores em cumprir as obrigações previdenciárias e o seu súbito enquadramento como segurados obrigatórios. Álvaro Dias propõe a ampliação do prazo para 30 anos por entender que os trabalhadores rurais ainda não estão em condições de cumprir a exigência da comprovação de contribuições.

— Nossa proposição está atenta às dificuldades do homem do campo na hora de efetuar os reco-



Álvaro Dias lembra dificuldades do trabalhador rural para recolher contribuição previdenciária

lhimentos devidos. Quando dispõe de trabalho, na maior parte das vezes ele é informal ou de curto prazo. Precisamos de um tempo maior para a obtenção de resultados. Precisamos, sobretudo, de iniciativas governamentais que estimulem e facilitem a formalização dos contratos de trabalho no meio rural, tornem realidade a inclusão social e desenvolvam formas de garantir renda contínua a esse segmento da população — afirmou o senador.



O *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. As desta edição foram veiculadas pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço *A Voz do Cidadão* — 0800-61-2211 — e autorizando a publicação.

**Juvêncio Leite (Pirapozinho-SP)**

Os parlamentares não deveriam usar telefones celulares durante as sessões, pois aparenta descaso.

**O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) responde:** O sr. Leite não deixa de ter razão. Pode parecer que o senador, ao usar o celular, não esteja atento ao que está acontecendo durante a sessão. Mas, por outro lado, nosso tempo é tomado por reuniões de comissões ou pelo Plenário. O cidadão que quer ter acesso aos senadores se vale frequentemente do telefone celular. Então, temos que conciliar as duas coisas. Às vezes, esse cidadão pode até dar uma contribuição em um assunto que está sendo debatido naquela hora, dar uma opinião, apresentar uma denúncia. Temos que tentar conciliar isso para não passar uma imagem de desatenção.

**José Lopes (Uruaçu-GO)**

Os goianos estão torcendo para que o projeto de lei que acaba com o horário de verão no Centro-Oeste seja aprovado.

**O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) responde:** Já foi provado tecnicamente que o horário de verão não propicia nenhuma economia. Por isso esse projeto de lei, de minha autoria, exclui essa região do horário de verão, que só causa tumulto à população dos respectivos estados. As pessoas têm que levantar muito cedo, ainda no escuro, para trabalhar. O que se economiza de energia elétrica à tarde se consome pela manhã. Dessa forma o horário de verão só cria problemas para o Centro-Oeste brasileiro e não traz nenhuma solução ou economia.